



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

16ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Zonas Úmidas

Ajuda Memória

Nos dias **20 e 21 de setembro de 2016**, na Sala T-13 do edifício do Ministério do Meio Ambiente na SEPN 505, Brasília-DF, realizou-se a décima sexta Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Zonas Úmidas.

MEMBROS DO COMITÊ PRESENTES NA REUNIÃO:

Afonso Francisco de Assis Ferreira – Sítios Ramsar
Bianca Luiza Reinert – FBOMS
David Guimarães Rocha – SRHU/MMA
Eliane Braga Ribeiro – ABEMA
Felipe Costa – MRE
Jacobson Luiz R. Rodrigues – SEDR/MMA
Jader Alves de Oliveira – SAIC/MMA
José Pedro de Oliveira Costa – SBF/MMA
Juliana Bosi de Almeida – BirdLifeInternational/SAVE Brasil
Kleber Souza dos Santos – MAPA
Maria Teresa Fernandez Piedade – SBPC
Reinaldo Luiz Bozelli – ABLimno
Ricardo Brasil Choueri – ANA
Rosana C.P. D'Arrigo – ICMBio
Yara Schaeffer Novelli – Rede Manguemar

DEMAIS PRESENTES:

Antônio Calazans Reis Miranda – SRHU/MMA
Caren Dalmolin – ICMBio
Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza – SBF/MMA
Carolina Tavares da S. Bernardo – BirdLifeInternational/SAVE Brasil
Fátima Pires de Almeida Oliveira – ICMBio
Julio Thadeu S. Kettelhut – SRHU/MMA
Maurício dos Santos Pompeu – SBF/MMA
Rafael Dias – SBF/MMA
Rosana Mendes Evangelista – ANA
Sérgio Ayrimoraes – ANA
Vinícius de Assis Moreira – IEF/MG

1. Abertura

O Sr. José Pedro de Oliveira Costa, presidente do CNZU e Secretário da Secretaria de Biodiversidade e Florestas - SBF/MMA, iniciou a reunião dando boas vindas aos presentes e solicitou a todos que se apresentassem. Em seguida, dedicou a reunião à professora Yara Schaeffer Novelli, representante da Rede Manguemar, por todo seu trabalho e anos de luta dedicados à conservação das áreas úmidas, notadamente dos manguezais.

Em sua fala, enfatizou a necessidade de uma visão abrangente e integradora das políticas públicas relacionadas à conservação, como a instituição e consolidação das áreas protegidas, a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a conservação da água, das florestas e da biodiversidade como um todo, além das políticas voltadas às comunidades tradicionais. Nesse contexto, o Brasil precisaria de uma política de Estado voltada à esta visão, e o estabelecimento dos corredores ecológicos propiciariam este ambiente.

Após uma breve discussão, o Secretário da SBF/MMA solicitou que o Comitê elaborasse um texto a respeito da importância das áreas úmidas para a conectividade dos ecossistemas e estabelecimento de corredores ecológicos, a ser publicado oportunamente. Acordou-se que a professora Yara Schaeffer Novelli ficará responsável pela elaboração da minuta do texto, que será remetida aos demais membros do colegiado para eventuais complementações.

Nesse contexto, mencionou-se a relação da conservação das áreas úmidas com as metas de Aichi, como por exemplo a Meta 14: Até 2020, ecossistemas provedores de serviços essenciais, inclusive serviços relativos a água e que contribuem à saúde, meios de vida e bem-estar, terão sido restaurados e preservados, levando em conta as necessidades de mulheres, comunidades indígenas e locais, e os pobres e vulneráveis. Nesse momento, acordou-se que a SBF/MMA encaminhará aos membros do CNZU, para contribuições, o documento da Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB), cujo objetivo é oferecer a contribuição brasileira ao alcance da Meta 17 de Aichi, ou seja, adotar e implementar uma estratégia nacional de biodiversidade e plano de ação efetiva, participativa e atualizada. Foi dito que a "Estratégia" precisa se relacionar com às diretrizes de Ramsar.

2. Aprovação da Ajuda Memória da 15ª Reunião Ordinária do CNZU

A Ajuda Memória da 15ª Reunião Ordinária do CNZU foi aprovada.

3. Informes

Dia mundial de áreas úmidas: Foi dito que o tema a ser trabalhado em 2017 pela Convenção Ramsar deverá ser "áreas úmidas para redução do risco a desastres". Mencionou-se que os concursos de fotografias promovidos por Ramsar tem sido um sucesso no Brasil, com o envolvimento de muitos brasileiros na "competição". Recordou-se que em 2015 um brasileiro venceu o concurso e, em 2016, uma foto brasileira esteve entre as mais votadas. Entretanto, os trabalhos relacionados à conservação das áreas úmidas no Brasil não tem sido amplamente divulgados, e o sítio eletrônico de Ramsar pode ser um canal para essa divulgação.

Estratégia de implementação de Ramsar no Brasil: Informou-se que a SBF/MMA publicou um edital para contratação de consultoria que subsidiará na elaboração da "Estratégia de Implementação da Convenção de Ramsar e dos Sítios Ramsarno Brasil", que contribuirá para o cumprimento dos compromissos assumidos pelo Brasil perante a Convenção de Ramsar. Solicitou-se, então, que todos ajudassem na divulgação do edital.

Inventário das áreas úmidas do Brasil: Informou-se que a SBF/MMA publicou um edital para contratação de consultoria que elaborará mapas com informações georreferenciadas sobre as áreas úmidas brasileiras e realizará análises espaciais que contribuirão com a elaboração do "Panorama das Áreas Úmidas Brasileiras" (Inventário das Áreas Úmidas Brasileiras). Também se solicitou que todos ajudassem na divulgação do edital.

Apreciação da Recomendação CNZU nº 7/2015, sobre a definição de recursos hídricos pelo CNRH: Apresentou-se o trâmite da recomendação no âmbito do CNRH até aquele momento, informando que, após análise da Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia - CTCT/CNRH (Parecer Técnico a ser encaminhado aos membros do CNZU para conhecimento), uma nova proposta de definição será apreciada do ponto de vista legal pela Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e Legais - CTIL/CNRH, qual seja: "recursos hídricos é água utilizada para fins ambientais, sociais e econômicos". Entretanto, foi dito que a inserção do viés ambiental na definição não é ponto pacífico no CNRH.

Esse tema foi retomado ao final da reunião com o relato do Antônio Calazans Reis Miranda, David Guimarães Rocha e Julio Thadeu S. Kettelhut, todos representantes da SRHU/MMA, quando se falou do processo de discussão no CNRH e sobre a visão predominante daquele colegiado sobre o tema. Assim, acordou-se que a SBF/MMA e a SRHU/MMA se reunirão para definir uma estratégia de atuação junto àquele colegiado. A professora Yara Schaeffer Novelli sugeriu o resgate dos resultados do "IV Diálogo Interamericano de Gerenciamento de Águas", realizado em Foz do Iguaçu, em 2001, quando recursos hídricos já era tratado de maneira abrangente, ecossistêmica.

Áreas Prioritárias para Conservação da zona costeira e marinha: Informou-se que a SBF/MMA elaborou os termos de referência para contratação de consultoria que auxiliará na revisão das áreas prioritárias para conservação da zona costeira e marinha, e que estavam sob avaliação do Banco Mundial, financiador do projeto. Foi dito que os resultados da primeira oficina de trabalho, realizada em Brasília, em novembro de 2014, serão base para o desenvolvimento das demais etapas do processo; e que as oficinas de trabalho com a presença de especialistas e representantes de governos e sociedade civil estão previstas no contrato.

Áreas Prioritárias para Conservação da Amazônia: Informou-se que estava em curso o processo para contratação de consultoria que auxiliará a SBF/MMA na revisão das áreas prioritárias para conservação da Amazônia. Assim como na zona costeira e marinha, esse processo obedecerá a metodologia do planejamento sistemático da conservação, seguindo as orientações da Deliberação CONABIO nº 39, de 14 de dezembro de 2005, que "dispõe sobre a aprovação da metodologia para revisão das

Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira".

Sugeriu-se que na próxima reunião do CNZU, a SBF/MMA apresente o processo de desenvolvimento do módulo de suporte à tomada de decisão do Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira - SIBBr¹. Esse módulo irá apresentar informações espaciais, gerar relatórios e produzir análises que auxiliem o processo de tomada de decisão relacionadas às áreas prioritárias para conservação.

Sugeriu-se que as rotas e áreas de concentração de aves migratórias do Brasil, elaboradas pelo CEMAV, fossem consideradas nos processos de revisão das áreas prioritárias, assim como as demandas das comunidades tradicionais para comporem o componente "uso sustentável" das áreas prioritárias.

Candidaturas a novos Sítios Ramsar: Informou-se que as candidaturas a novos Sítios Ramsar aprovadas pelo CNZU nas últimas reuniões estavam sob análise pelo secretariado da Convenção, ou estavam sendo complementadas/corrigidas pelos gestores das UCs após solicitação do Secretariado de Ramsar. Nesse momento, acordou-se que o MRE verificará junto a Ramsar como estão as análises e, em paralelo, a SBF/MMA cobrará dos gestores das UCs as complementações/correções ainda não atendidas.

Carcinicultura no Nordeste: Foi reportado aos demais membros do CNZU a situação da atividade de carcinicultura em ambiente de manguezais no Nordeste brasileiro, onde aqueles que defendem a conservação desses ambientes e os que dependem desses ecossistemas para sua subsistência estão sendo ameaçados. Informou-se que, comprovadamente, a carcinicultura altera por completo o ecossistema de manguezal, seja pelas mudanças na drenagem, desvio ou impedimento do fluxo das marés, pelas mudanças nas características físicoquímicas do substrato, ou pela poluição da água. Nesse contexto, acordou-se que o CNZU irá elaborar uma recomendação a respeito do tema, e a professora Yara Schaeffer Novelli proporá uma primeira minuta a ser complementada pelos demais membros.

"Moção - Apoio a implantação da Reserva da Biosfera do Pantanal na bacia do Alto Paraguai": Recordou-se que havia sido divulgada, após o encerramento do III Congresso Brasileiro de Áreas Úmidas, realizado em Cuiabá, em junho de 2016, a "Moção - Apoio a implantação da Reserva da Biosfera do Pantanal na bacia do Alto Paraguai". Essa moção manifesta o apoio dos participantes do congresso à "comunidade conservacionista e autoridades públicas em favor da real implantação da Reserva da Biosfera do Pantanal como mecanismo essencial à manutenção deste sistema, sua economia e sua dinâmica biológica". Assim, acordou-se que a SBF/MMA se reunirá com o Departamento de Áreas Protegidas do MMA para tomar as devidas providências para que o Pantanal não corra o risco de perder o título de Reserva da Biosfera da Unesco.

4. Processo de renovação das representações no CNZU

¹ <http://www.sibbr.gov.br/>

Informou-se que a portaria do MMA com a nomeação dos representantes das instituições representadas no CNZU, com exceção às ONGs, será publicada em breve. A demora na indicação dos nomes foi motivada pela indefinição institucional de alguns órgãos públicos durante o processo de impeachment da presidente da república anterior. Ressaltou-se que a portaria prevê que, enquanto o processo eleitoral das ONGs não finalizar, não haverá alteração das instituições que as representam atualmente.

Foi dito que todas as ONGs interessadas em serem eleitoras e eventualmente se candidatarem a uma das 5 vagas destinadas às ONGs no colegiado deverão fazer seu cadastro junto ao Cadastro Nacional de Entidades Ambientais - CNEA. Este é um pré-requisito para se candidatar a uma vaga no CNZU e também poder votar no processo eleitoral. Os detalhes desse processo constam na Portaria MMA nº 25, de 25 de janeiro de 2016², elaborada em comum acordo com ONGs e demais membros do CNZU em 2015 (15ª Reunião CNZU, em 16 de dezembro de 2015, precedida de reunião com ONGs no dia 15 de dezembro de 2016).

Também foi informado que o processo eleitoral propriamente dito será iniciado com a publicação de um edital no próximo ano. Ou seja, as ONGs ainda não castradas no CNEA tem a oportunidade de fazê-lo, de acordo com os procedimentos exigidos pela Resolução nº 292/92³. A próxima reunião da Comissão Permanente do CNEA, responsável pela análise dos processos relativos ao registro das ONGs no cadastro, está prevista para 25/10/2016⁴.

Na reunião, foi solicitado o apoio de todos para aumentar o número de organizações atuantes na temática das zonas úmidas inscritas no CNEA.

5. Impacto ambiental no sítio Ramsar e IBA parque estadual do rio Doce

O gerente do parque estadual do rio Doce e analista ambiental do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais - IEF/MG, o Sr. Vinícius de Assis Moreira, proferiu a apresentação "Impactos da lama de rejeitos da Samarco no parque estadual do rio Doce".

Em sua apresentação, relatou a estrutura do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Minas Gerais, onde o IEF/MG se vincula; o histórico da criação do parque e sua gestão atual; sua localização; sua grande representatividade no bioma Mata Atlântica em Minas Gerais; suas características geomorfológicas e ecossistêmicas; fauna; flora; estrutura física de trabalho e visitação pública. Em seguida, apresentou os efeitos do desastre sobre o parque, quando relatou em detalhes dos impactos da lama sobre a fauna, flora, recursos hídricos e comunidade ribeirinha. Ressaltou que a empresa Samarco, até o momento, não apresentou nenhum projeto de recuperação para o parque.

Terminada a apresentação, todos agradeceram o expositor e se iniciou discussões a respeito dos danos causados pelo evento no rio Doce. Mencionou-se que as perdas em toda região afetada são imensuráveis e que os impactos perdurarão por décadas. Foi dito que o parque estadual do rio Doce é um local importante pela sua

² <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=34&data=26/01/2016>

³ <http://www.mma.gov.br/port/conama/cnea/cnea.cfm#3>

⁴ <http://www.mma.gov.br/port/conama/cnea/cneareun.cfm>

representatividade ecossistêmica e biológica, e que a história da limnologia brasileira tem suas origens naquela região.

A Sra. Bianca Luiza Reinert, representante da FBONS, mencionou um projeto em curso relacionado à conservação do bicudinho-do-brejo (*Formicivora acutirostris*) na região de Guaratuba, no Paraná, onde serviços ambientais prestados por "brejos artificiais" auxiliam na purificação da água. Este projeto poderia ser replicado na região afetada pela lama de rejeitos provenientes do acidente em Mariana.

A Sra. Maria Teresa Fernandez Piedade, representante da SBPC, ressaltou que os monitoramentos realizados em áreas impactadas por desastres como o ocorrido no rio Doce não consideram os vegetais arbóreos, que são bioindicadores de longo prazo e são a base da cadeia trófica. A pesquisadora sugeriu que o Brasil estabeleça cooperações técnicas internacionais, por meio do auxílio de renomados especialistas na área de restauração de áreas úmidas, como os relacionados ao "Everglades Project", ligado ao "Massachusetts Institute of Technology". Outros sugeriram que especialistas na temática poderiam ser acionados via Convenção de Ramsar.

O Sr. Jader Alves de Oliveira (SAIC/MMA) ofertou ajuda da Secretaria de Articulação Institucional do MMA para eventuais processos de coordenação entre instituições. Vinícius agradeceu e reforçou que a articulação institucional tem sido falha no processo de recuperação da bacia hidrográfica e de avaliação dos impactos, pois diversas instituições realizam ações sem um alinhamento prévio.

A Sra. Rosana Mendes Evangelista (ANA), lembrando os trabalhos sociais desenvolvidos na unidade de conservação, disse que o parque poderia aproveitar sua capacidade de mobilização da população local para auxiliar-lhes na superação de seus traumas. Mencionou, também, que a ANA participa de ações voltadas à recuperação da bacia do rio Doce, e que fará relato à diretora de Planejamento da ANA sobre o que foi apresentado para conhecimento e possíveis encaminhamentos de ações por parte da agência.

Ao final das discussões, foi sugerido que representantes do IBAMA sejam convidados para falar das ações em curso na próxima reunião do CNZU. Vinícius aproveitou a oportunidade para sugerir que a próxima reunião ocorra no parque estadual do rio Doce. Essa seria uma oportunidade para os membros conhecerem a região e seria um momento de envolvimento com os pesquisadores da região. O Comitê agradeceu o convite e se acordou que essa possibilidade será avaliada quanto às condições logísticas e financeiras em data mais próxima ao evento.

6. Recomendação CNZU que dispõe sobre os impactos ambientais causados pelo rompimento da barragem de Fundão (Mariana/MG), ocorrido no dia 05 de novembro de 2015.

Após as discussões sobre os impactos no rio Doce, iniciou-se o debate a respeito da minuta de "Recomendação CNZU que dispõe sobre os impactos ambientais causados pelo rompimento da barragem de Fundão (Mariana/MG), ocorrido no dia 05 de novembro de 2015". Todos concordaram com a importância da recomendação e foram aportadas contribuições ao texto.

Ao final, aprovou-se a recomendação, com a ressalva de que os pontos marcados em vermelho serão complementados posteriormente, via e-mail. Eles dizem respeito à necessidade de melhor redação do primeiro parágrafo, o qual o Sr. Felipe Costa (MRE) fará os ajustes necessário; à inclusão de referências bibliográficas sobre a dimensão dos impactos causados pelo vazamento de rejeitos provenientes do rompimento da barragem de Fundão, pertencente à SAMARCO MINERAÇÃO S/A; à citação das espécies endêmicas da região do parque nacional marinho de Abrolhos; e à citação dos problemas associados ao evento no rio Doce (Vinícius fará os aportes de informações).

7. Apresentação e discussão sobre o Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai - Região do Pantanal

O Sr. Sérgio Ayrimoraes, superintendente de planejamento de recursos hídricos da ANA, apresentou o processo de elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai. Em sua fala, informou que o plano foi motivado sobretudo pela:

- Instalação de empreendimentos hidrelétricos na Região Hidrográfica do Paraguai;
- Uso e ocupação do solo nas regiões de planalto e seu impacto, em especial, sobre o Pantanal;
- Recomendação do Comitê Nacional de Zonas Úmidas, de elaboração do PRH do Alto Paraguai, em articulação com a elaboração do macrozoneamento ecológico econômico da região;
- O debate sobre a temática da preservação ou conservação dos recursos hídricos na RH Paraguai, em diferentes fóruns, com abordagens que convergem para a necessidade de planejamento que permita compatibilizar os usos múltiplos da água e a sustentabilidade do seu aproveitamento; e
- A necessidade de um instrumento que oriente e integre as políticas e intervenções na região visando assegurar a utilização sustentável das águas, compatibilizando-as com as demandas existentes e a conservação e/ou proteção do Pantanal.

Sérgio Ayrimoraes explicou que a região hidrográfica não possui um comitê de bacia, e que por isso, e amparado pela Resolução CNRH nº 145/2012, o CNRH instituiu um grupo de acompanhamento com representação do poder público, usuários e sociedade civil.

Foi dito que o plano ainda está em processo de elaboração e que as suas prioridades são:

Em relação aos resultados:

- Elaboração de propostas para a solução de problemas sob governabilidade do sistema de gestão de recursos hídricos atuante na bacia;
- Para a solução de problemas infraestruturais, deverão ser elaboradas propostas e alternativas de apoio à sua consecução; e
- O Plano deverá fornecer, como produto, as estratégias necessárias para a efetivação de suas propostas, com destaque para a atuação político-institucional.

Em relação aos temas:

- A questão hidrelétrica e seus impactos na bacia;
- Integração técnica, institucional e legal da gestão de recursos hídricos na bacia (conselhos e órgãos gestores, principalmente);
- Uso e ocupação do solo no planalto: cultivos anuais, cana, pastagens, seus impactos na planície;
- Saneamento ambiental (principalmente esgotamento sanitário);
- Sustentabilidade da pesca e do turismo;
- Navegação; e
- Mineração

Sérgio Ayrimoraes finalizou sua apresentação dizendo que "o Plano é uma oportunidade e o fórum adequado para a construção de um "Pacto das Águas" na Bacia. Essa construção exige foco e grande envolvimento e maior comprometimento do nível decisório dos entes do SINGREH"; e que "apesar do seu conteúdo predominantemente técnico, o plano é um importante instrumento para atuação política e estratégica".

Após a apresentação, a professora Yara Schaeffer Novelli (Rede Manguemar) e o professor Reinaldo Luiz Bozelli (ABLimno) questionaram qual seria a interpretação de "recursos hídricos" no processo de elaboração do plano, uma vez que a região do Pantanal precisa de uma visão ecossistêmica para sua conservação e para tratar seus problemas, não sendo a visão utilitarista do uso das águas suficiente para isso. Nesse momento, Sérgio informou que a ANA possui um projeto de pesquisa em parceria com a Embrapa Pantanal, associada a universidades da região. Esse projeto se propõe a analisar os impactos das hidrelétricas do ponto de vista da quantidade de água (considerando os pulsos de inundação, sedimentos, etc.), qualidade da água (impactada pelos grandes usos), rotas migratórias de peixes, atividade pesqueira, turismo, e a relação de dependência das comunidades da região pelos ecossistemas associados. Foi dito que alguns resultados parciais da pesquisa já podem ser utilizados para tomadas de decisão e implementação de ações do plano, outros resultados apontam para a necessidade de mais estudos, por isso algumas decisões deveriam aguardar.

Bianca Luiza Reinert (FBOMS) perguntou se o plano contempla questões como espécies exóticas, contaminação das áreas úmidas e restauração de ambientes degradados. Sérgio Ayrimoraes respondeu positivamente, e que estes temas seriam tratados em documentos específicos.

Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza (SBF/MMA) comentou que a visão ambiental pareceria estar muito implícita no plano. Portanto, por se tratar de uma região diferenciada pelas suas grandes áreas úmidas e dependência das comunidades às suas dinâmicas, seria importante a explicitação deste olhar. Como encaminhamento, propôs-se uma reunião entre a SBF/MMA com a ANA para tratar desse assunto.

Fátima Pires de Almeida Oliveira (ICMBio) falou do exemplo de monitoramento que o ICMBio realiza nos Planos de Ação Nacionais para a Conservação das Espécies Ameaçadas (PANs). Este poderia ser um modelo a ser adotado pela ANA em seus planejamentos de recursos hídricos.

8. Apresentação de Planos de Ação Nacionais (PANs) relacionados à biodiversidade e conservação de áreas úmidas.

Fátima Pires de Almeida Oliveira (ICMBio) explicou como se dá processo geral de elaboração dos PANs e explanou os resultados dos seguintes:

Plano de Ação Nacional para Conservação das Aves Limícolas Migratórias
(Portaria ICMBio nº 77, de 27 de julho de 2016):

Em sua apresentação, informou que o objetivo geral PAN é "ampliar e assegurar a proteção efetiva dos habitats críticos para as aves limícolas até 2018", sendo os objetivos específicos:

- Prevenir e reduzir os impactos resultantes da implementação de infraestrutura e das atividades de exploração de recursos naturais para fins comerciais e de subsistência;
- Diminuir as alterações de habitat e impactos provocados pelo turismo desordenado e avanço de empreendimentos imobiliários;
- Reduzir a caça e coleta de ovos de aves limícolas;
- Reduzir o impacto de animais domésticos nas áreas de ocorrência das aves limícolas; e
- Desenvolver pesquisas que subsidiem a conservação das aves limícolas.

Disse que estava em curso o mapeamento das áreas importantes para aves limícolas e este resultado poderia ser apresentado no CNZU, que poderia avaliar as possíveis oportunidades para seu uso, como nas áreas prioritárias para conservação da biodiversidade. Disse, também, que o ICMBio estava em busca de recursos para sua implementação e estava sendo criada uma rede de pesquisadores para apoiá-lo.

Mais informações podem ser acessadas em:

<http://www.icmbio.gov.br/portal/faunabrasileira/plano-de-acao-nacional-lista/3567-plano-de-acao-nacional-para-conservacao-das-aves-limicolas>

Plano de Ação Nacional para Conservação das Aves do Cerrado e Pantanal
(Portaria ICMBio nº 34, de 27 de março de 2014):

O objetivo geral do PAN é "diminuir a perda de habitats e populações de aves, incentivar a recuperação ambiental e produzir conhecimento sobre as espécies do PAN" e os objetivos específicos:

- Reduzir o número de aves retiradas da natureza em decorrência do tráfico e da caça;
- Reduzir a perda e melhorar a qualidade de habitat para a conservação das espécies do PAN;
- Diminuir os impactos negativos de atividades do agronegócio sobre as espécies do PAN;
- Reduzir os impactos negativos decorrentes da ocupação humana e de empreendimentos de infraestrutura e exploração dos recursos naturais; e
- Aumentar o conhecimento científico sobre as espécies do PAN.

Mais informações podem ser acessadas em:

<http://www.icmbio.gov.br/portal/faunabrasileira/plano-de-acao-nacional-lista/3618-plano-de-acao-nacional-para-a-conservacao-das-aves-do-cerrado-e-pantanal>

Plano de Ação Nacional para Conservação dos Peixes Rivulídeos Ameaçados de Extinção (Portaria ICMBio nº 198, de 19 de junho de 2013):

O objetivo geral do PAN é "estabelecer mecanismos de proteção aos rivulídeos deste PAN e anular a perda de habitat das espécies focais em cinco anos" e os objetivos específicos:

- Proteger os biótopos remanescentes na região de distribuição das espécies de peixes rivulídeos focais do PAN, impedindo que sejam alterados ou suprimidos em decorrência de atividades agrosilvopastoris, da implantação de empreendimentos (barragens, açudes, rodovias, parques eólicos, portos, complexos hoteleiros, entre outros) e da urbanização;
- Realizar estudos técnicos e científicos, *in situ e ex situ*, aplicados à conservação das espécies focais de rivulídeos e seus habitats;
- Divulgar o conhecimento sobre as espécies focais de rivulídeos, sensibilizando a sociedade sobre a importância das áreas úmidas para sua conservação; e
- Inserir a temática dos rivulídeos na gestão ambiental, subsidiando os órgãos ambientais (federais, estaduais e municipais) para a inclusão de medidas de proteção das espécies e seus habitats nas ações de planejamento, licenciamento, fiscalização, monitoramento e controle.

Disse que uma grande dificuldade desse PAN é o grande número de espécies endêmicas, muitas vezes ameaçadas.

Mais informações podem ser acessadas em:

<http://www.icmbio.gov.br/portal/faunabrasileira/plano-de-acao-nacional-lista/2833-plano-de-acao-nacional-para-a-conservacao-dos-rivulideos>

Plano de Ação Nacional para Conservação dos Ambientes Coralíneos (Portaria ICMBio nº 19, de 9 de março de 2016):

O objetivo geral do PAN é "melhorar o estado de conservação dos ambientes coralíneos por meio da redução dos impactos antrópicos, ampliação da proteção e do conhecimento, com a promoção do uso sustentável e da justiça socioambiental" e os objetivos específicos:

- Promover a integridade e manutenção dos habitats, dos serviços ecossistêmicos e de populações das espécies foco e beneficiadas;
- Contribuir para o controle e monitoramento da atividade pesqueira nos ambientes coralíneos;
- Promover a exploração sustentável dos estoques, adotando abordagem ecossistêmica;
- Aumentar o conhecimento sobre ambientes coralíneos ainda pouco investigados.
- Minimizar os conflitos de uso e impactos negativos no espaço marinho-costeiro provocados por atividades e empreendimentos que afetem direta ou indiretamente ambientes coralíneos;
- Contribuir para o ordenamento da atividade turística nos ambientes coralíneos de maneira a minimizar seu impacto, considerando a socioeconomia local;

- Prevenir a introdução e a disseminação de espécies exóticas e invasoras nos ambientes coralíneos e avaliar e mitigar os impactos nos ambientes já afetados;
- Avaliar e minimizar poluição química, física, orgânica e biológica nos ambientes coralíneos;
- Promover a revisão, integração, inovação e efetividade de políticas públicas considerando a perspectiva da sustentabilidade dos ambientes coralíneos, nos contextos social, ambiental e econômico, ampliando e fortalecendo os mecanismos de participação e controle social na gestão de territórios; e
- Avaliar e destacar o papel dos serviços ambientais dos ambientes coralíneos para questões relacionadas às mudanças do clima e seus impactos, bem como elaborar estratégias para mitigação e adaptação desses ambientes com base na construção de cenários específicos.

Disse que o PAN-Corais possui um grande viés socioambiental, o que tornou sua elaboração bastante participativa. Ressaltou que ele ficou parado no ICMBio por muito tempo após sua elaboração por conta da indefinição jurídica da lista das espécies ameaçadas de extinção.

Mais informações podem ser acessadas em:

<http://www.icmbio.gov.br/portal/faunabrasileira/plano-de-acao-nacional-lista/3620-plano-de-acao-nacional-para-conservacao-dos-recifes-de-corais>

Plano de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas e de Importância Socioeconômica do Ecossistema Manguezal (Portaria ICMBio nº 9, de 29 de janeiro de 2015):

O objetivo geral do PAN é " conservar os manguezais brasileiros, reduzindo a degradação e protegendo as espécies focais do PAN, mantendo suas áreas e usos tradicionais, a partir da integração entre as diferentes instâncias do poder público e da sociedade, incorporando os saberes acadêmicos e tradicionais", e os objetivos específicos:

- Contribuir para a efetividade do ordenamento territorial em áreas de manguezal e ecossistemas associados;
- Contribuir para o fortalecimento da participação social e integração entre órgãos governamentais por meio de políticas públicas nas áreas estratégicas do PAN Manguezal;
- Adequar legislação de acordo com as especificidades regionais para a implementação do ordenamento da pesca e aquicultura, nas áreas do PAN levando em consideração a participação das populações tradicionais;
- Reduzir os impactos das diferentes formas de poluição e da introdução de espécies exóticas no manguezal e ecossistemas associados;
- Reduzir a perda de habitat e ampliar as áreas de recuperação e conservação dos manguezais e ecossistemas associados;
- Reduzir os riscos de acidentes ambientais e mitigar os seus impactos socioambientais em atividades que afetam direta ou indiretamente os manguezais e ecossistemas associados;

- Fortalecer a fiscalização e o monitoramento dos empreendimentos com potencial de impacto negativo licenciados, assim como das áreas de manguezais e adjacências;
- Inibir a implantação e a expansão de empreendimentos econômicos que impliquem em impactos negativos no ecossistema de manguezal;
- Contribuir para a erradicação dos empreendimentos de carcinicultura e de salinas na zona entremarés e para a recuperação dos sistemas já afetados por estas práticas;
- Capacitar e formar os atores sociais e gestores envolvidos no PAN Manguezal; e
- Elaborar estratégia de comunicação do PAN Manguezal.

Fátima prestou algumas informações a respeito do PAN-Manguezal e que o ICMBio poderia apresentá-lo com maiores detalhes na próxima reunião do CNZU. Nesse momento, a professora Yara Schaeffer Novelli (Rede Manguemar), como participante do processo de elaboração do plano e membro do Grupo de Assessoramento Técnico do PAN, relatou que esse plano é um desafio pela sua característica social. Foi um processo longo, difícil e bastante participativo, que resultou em mais de 100 ações e um grupo de assessoramento bastante representativo. Informou que ele foi trabalhado a nível ecossistêmico e considerou suas diversas relações com a biota, sociedade e economia. Ele foi elaborado de forma regionalizada, mas ao final foi consolidado em um documento nacional.

Ao final de sua fala, Yara reportou sua surpresa pela exoneração da coordenadora do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais - CNPT, a Sra. Kátia Regina Aroucha Barros. Disse também, que nos últimos meses não houve nenhuma reunião, ou qualquer movimento relacionado à implementação do PAN; nem mesmo para publicação de seu livro.

Fátima informou que o ICMBio está em processo de estruturação, mas que o CNPT não deixará de existir, e informou que o livro do PAN deverá ser retomado.

Acordou-se que a SBF/MMA encaminhará um ofício ao ICMBio para solicitar esclarecimentos a respeito da descontinuidade do PAN-Manguezal. O ofício deverá se reportar à ajuda memória dessa reunião, de modo a explicitar o descontentamento do CNZU quanto à falta de coordenação do PAN.

Mais informações podem ser acessadas em:

<http://www.icmbio.gov.br/portal/faunabrasileira/29-fauna-brasileira/plano-de-acao-nacional-lista/2840-plano-de-acao-nacional-para-a-conservacao-dos-manguezais>

Bianca Luiza Reinert (FBOMS) aproveitou a oportunidade para reportar que o Plano de Ação Nacional para a Conservação das Aves da Mata Atlântica incluiu o Bicedinho-do-Brejo (*Formicivora acutirostris*), mas que o grupo responsável por diversas pesquisas e ações para sua conservação não foram convidados a participar do PAN. Disso resultou no compromisso do ICMBio de convidar a Bianca, por meio do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres - CEMAVE, para a próxima reunião de monitoramento e para todo desenvolvimento do PAN. Acordou-se que a Bianca encaminhará seus contatos para a Fátima.

Maria Teresa Fernandez Piedade (SBPC) questionou sobre a abordagem dos PANs, que deveriam ser por ecossistemas. Fátima respondeu, então, que a partir de 2009 o ICMBio começou a trabalhar os planos nessa visão, de modo a atacar melhor as ameaças à biodiversidade. Disso resultou na elaboração dos PANs Corais e Manguezais, por exemplo, e que está prevista a elaboração do PAN do rio Amazonas.

Fátima se prontificou a encaminhar uma nota técnica a ser divulgada no CNZU com as demandas que o ICMBio possui que poderiam ser tratadas no âmbito do colegiado.

9. Discussão sobre a articulação entre CNRH, CONAMA e CNZU

O analista ambiental Maurício Pompeu (SBF/MMA) contextualizou o tema "articulação entre CNRH, CONAMA e CNZU", que foi demandado a partir da 15ª CNZU, durante os debates sobre o acidente ocorrido no município de Mariana. Falou-se que naquela oportunidade, explicitou-se a falta de articulação entre os diversos órgãos relacionados à gestão de recursos hídricos e de meio ambiente.

Maurício apresentou um breve histórico das iniciativas do MMA para tentar uma maior interação entre as gestões, citando:

- Moção CNRH nº 35/2005 recomenda, a órgãos e entidades, ações para fomentar a integração das políticas públicas de recursos hídricos, florestais e de conservação de solos;
- Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH (2006);
- Portaria 357/2006, que instituiu, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, uma comissão permanente com a finalidade de sugerir procedimentos para articulação e integração das ações e temas conexos do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos-CNRH;
- Oficina "Água, Floresta e Solos" promovida pelo CNRH em 2008; e
- Seminários sobre "enfoque ecossistêmico aplicado à gestão dos recursos hídricos" promovidos pela SRHU/MMA quando da revisão do PNRH em 2009;

O analista ambiental disse que, apesar de muitas iniciativas, parece ainda haver um hiato na gestão dos recursos hídricos e do meio ambiente. Então, o CNZU, com a presença do representante do MMA no CONAMA, o Sr. Julio Thadeu S. Kettelhut (SRHU/MMA), concluiu que o CNZU, por não ser um colegiado deliberativo, e portanto não possuir grande força política, deveria continuar demandando o CNRH e o CONAMA através de seu instrumento formal de expressão, as recomendações. Comentou-se, por exemplo, sobre a recomendação relacionada à proposta de definição de recursos hídricos, encaminhada ao CNRH e incluída nas discussões daquele colegiado.

10. Outros assuntos discutidos

Kleber Souza dos Santos (MAPA) sugeriu que o CNZU poderia discutir a possibilidade de incluir os produtores rurais em processos de implementação de Ramsar, aos moldes de outros países. O analista ambiental, Maurício Pompeu, informou que esta discussão poderá ser melhor trabalhada no âmbito da consultoria a ser contratada pela

SBF/MMA para elaborar uma proposta de estratégia de implementação de Ramsar no Brasil.

Yara Schaeffer Novelli (Rede MangueMar) comentou a respeito da dívida do governo brasileiro perante Ramsar. Nesse momento, Maurício Pompeu reportou que antigamente quem realizava os pagamentos anuais das convenções ligadas ao MMA era o próprio MMA. Ocorre que, de um tempo para cá, o Ministério do Planejamento passou a ter essa atribuição e nos últimos 4 anos o pagamento não foi realizado. Isso resultou em uma dívida de CHF 616.833,00, equivalente a aproximadamente R\$ 2.000.000,00 (em taxa de conversão do Franco Suíço para o Real do dia 19 de setembro de 2016). Essa dívida resultaria, por exemplo, na impossibilidade de instituições brasileiras receberem recursos de Ramsar para desenvolverem projetos ligados à conservação e uso sustentável de áreas úmidas, através do "Wetland for the Future Fund". Diante dessa situação, informou-se que a SBF/MMA tomará as providências para que o governo brasileiro se regularize perante Ramsar.

11. Encaminhamentos

- A professora Yara Schaeffer Novelli elaborará uma minuta de texto a respeito da importância das áreas úmidas para a conectividade dos ecossistemas e estabelecimento de corredores ecológicos, a ser publicado oportunamente. A minuta será remetida aos demais membros do colegiado para eventuais complementações;
- A SBF/MMA encaminhará aos membros do CNZU, para contribuições, o documento da Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB). A "Estratégia" deve se relacionar com as diretrizes de Ramsar;
- Divulgação dos editais sobre: Estratégia de implementação de Ramsar no Brasil e Inventário das áreas úmidas do Brasil;
- A SBF/MMA e a SRHU/MMA se reunirão para definir uma estratégia de atuação junto ao CNRH, a respeito da proposta de definição do termo "recursos hídricos";
- O MRE verificará junto a Ramsar como estão as análises das candidaturas a novos sítios Ramsar e, em paralelo, a SBF/MMA cobrará dos gestores das UCs as complementações/correções ainda não atendidas;
- Encaminhamento aos membros do CNZU do Parecer Técnico da CTCT/CNRH a respeito da definição do termo "recursos hídricos";
- A SBF/MMA apresentará na próxima reunião do CNZU o processo de desenvolvimento do módulo de suporte à tomada de decisão do Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira - SIBBr⁵;
- Sugestão de utilizar as rotas e áreas de concentração de aves migratórias do Brasil, elaboradas pelo CEMAV, nos processos de revisão das áreas prioritárias, assim como as demandas das comunidades tradicionais para comporem o componente "uso sustentável" das áreas prioritárias;
- Elaboração de recomendação CNZU sobre a atividade de carcinicultura no ecossistema de manguezal. A professora Yara Schaeffer Novelli irá propor uma primeira minuta a ser complementada pelos demais membros;

⁵ <http://www.sibbr.gov.br/>

- A SBF/MMA se reunirá com o Departamento de Áreas Protegidas do MMA para tomar as devidas providências para que o Pantanal não corra o risco de perder o título de Reserva da Biosfera da Unesco;
- Divulgação do processo eleitoral do CNZU e apoio de todos para aumentar o número de organizações atuantes na temática das zonas úmidas inscritas no CNEA;
- Sugestão para replicar o projeto relacionado à conservação do bicudinho-dobrejo (*Formicivora acutirostris*) na região de Guaratuba, no Paraná, onde serviços ambientais prestados por "brejos artificiais" auxiliam na purificação da água, na região afetada pela lama de rejeitos provenientes do acidente em Mariana;
- Sugestão de estabelecer cooperações técnicas internacionais, por meio do auxílio de renomados especialistas na área de restauração de áreas úmidas, como os relacionados ao "Everglades Project", ligado ao "Massachusetts Institute of Technology";
- A Secretaria de Articulação Institucional do MMA se dispôs em auxiliar em eventuais processos de coordenação entre instituições;
- Complementação das marcações em vermelho sobre a minuta de recomendação CNZU que dispõe sobre os impactos ambientais causados pelo rompimento da barragem de Fundão (Mariana/MG), ocorrido no dia 05 de novembro de 2015;
- Sugestão para que, na próxima reunião do CNZU, representantes do IBAMA sejam convidados para falar das ações em curso na região afetada pela lama de rejeitos do acidente no rio Doce;
- Sugestão para que a próxima reunião do CNZU seja realizada no parque estadual do rio Doce. Acordou-se que essa possibilidade será avaliada em data mais próxima ao evento, quando será avaliada as condições logísticas e financeiras para a reunião;
- Reunião entre a SBF/MMA com a ANA para tratar da visão ambiental no plano de recursos hídricos da região hidrográfica do Paraguai;
- Assim que finalizado o mapeamento das áreas importantes para aves limícolas pelo CEMAVE/ICMBio, o resultado será apresentado no CNZU para avaliação de possíveis oportunidades para seu uso;
- Apresentação do PAN-Manguezal pelo ICMBio na próxima reunião do CNZU;
- A SBF/MMA encaminhará um ofício ao ICMBio para solicitar esclarecimentos a respeito da descontinuidade do PAN-Manguezal;
- O ICMBio, por meio do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres - CEMAVE, convidará a Bianca Luiza Reinert (FBOMS) para a próxima reunião de monitoramento e de todo desenvolvimento do Plano de Ação Nacional para a Conservação das Aves da Mata Atlântica. A Bianca encaminhará seus contatos à Fátima;
- O ICMBio encaminhará uma nota técnica a ser divulgada no CNZU com as demandas que o ICMBio possui que poderiam ser tratadas no âmbito do colegiado;
- Sugestão para que o CNZU discuta a possibilidade de incluir os produtores rurais em processos de implementação de Ramsar, aos moldes de outros países. Isso será melhor trabalhado no âmbito da consultoria a ser contratada pela SBF/MMA para elaborar uma proposta de estratégia de implementação de Ramsar no Brasil;

- O CNZU continuará demandando o CNRH e o CONAMA através de recomendações, sempre que surgirem temas relacionados aos colegiados.

12. Encerramento

Ao final, sob a condução do diretor Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza, deu-se por encerrada a décima sexta reunião ordinária do Comitê Nacional de Zonas Úmidas.